

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.02.07

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA NÚMERO 37/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019**

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a trigésima sétima reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número trinta e seis da reunião desta Câmara Municipal de vinte e quatro de janeiro findo, a qual foi aprovada por unanimidade sem alterações.

Não estando público presente, passou-se de imediato ao

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** solicitou os seguintes esclarecimentos:

- ponto de situação do pagamento pela Regiefrutas da baga do sabugueiro, relativamente à colheita de 2018;
- se, no corrente ano, estão previstas medidas especiais de prevenção no âmbito da proteção civil;
- sobre a Associação de Municípios "Águas Douro Sul", se o Município tem possibilidade de saber quanto lhe custam as isenções de pagamento do serviço de água às instituições locais.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta, relativamente à Regiefrutas, informou que na época finda se verificou um problema, relacionado com a qualidade de uma parte da baga, tendo explicado oportunamente o assunto aos agricultores. Salientou que não foi uma situação fácil, mas que gosta de cumprir os compromissos assumidos, e conseguiu fazê-lo. Concluiu, solicitando ao Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias que se tiver conhecimento de alguém que ainda não tenha recebido o pagamento, informe que se deve dirigir à Regiefrutas para receber, e que se tal está a acontecer é por falha dos interessados.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, relativamente às demais questões colocadas pelo Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias informou o seguinte:

- quanto à proteção civil, teve lugar uma reunião em Tarouca, de nível distrital, na passada semana e outras se irão realizar em breve, tendo em vista definir as ações previstas para a época de incêndios em dois mil e dezanove. Informou

ainda que todas as queimas e queimadas, mesmo em período não crítico, devem ser previamente comunicadas ao Município. Quem não o fizer, está sujeito ao pagamento de uma coima mínima de duzentos e oitenta euros.

Informou que o Município está a desenvolver uma ferramenta on-line, que notifica o Município, a GNR, os Bombeiros e a própria pessoa da apresentação da referida comunicação.

Manifestou a sua discordância relativamente a este procedimento, tendo dito que também eram proibidas no período crítico e agora são autorizadas ou negadas pelo Município e que no caso de Tarouca nunca serão autorizadas, pois não assumirá a Câmara Municipal este risco.

Informou ainda que até ao dia vinte e oito de fevereiro, decorre o prazo para apresentação de uma candidatura para os baldios (reflorestação, limpeza, criação da rede primária), cujos trabalhos previstos garantem uma boa proteção do Concelho.

- quanto ao serviço de abastecimento de água, informou que, de acordo com os dados disponíveis, as ligações isentas exigem um investimento de cerca de quarenta mil euros, para a colocação de contadores e de selos. Disse ainda que existe uma candidatura para este efeito, que vai ser aproveitada pela nova associação.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse que a criação da "Águas Douro Sul" visa controlar estas situações. No entanto, nada garante que seja aprovada a referida candidatura, porque a verba é reduzida para as necessidades de todos os Municípios. Não havendo outras intervenções, passou-se de imediato à discussão da seguinte

#### **ORDEM DO DIA**

**PONTO 1** - 3º relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro ajustado (até 31.12.2018)

**PONTO 2** - Aquisição de um prédio rústico (parcela 22) destinado à zona ribeirinha de Tarouca - proposta

**PONTO 3** - Venda de duas frações do edifício constituído em regime de propriedade horizontal, composto por 2 blocos (12 fogos), sito no lugar do Souto do Mercado, na cidade de Tarouca - proposta

**PONTO 4** - Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. João de Tarouca - atribuição de subsídio no valor de € 700,00, para suportar despesas com a eletricidade fornecida para o funcionamento do equipamento Tommy - ratificação

**PONTO 5** - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - Informação do Senhor Presidente da Câmara

**PONTO 6** - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - Informação do Senhor Presidente da Câmara

**PONTO 7** - Resumo diário da tesouraria



Fl. 171  
*[Handwritten signature]*

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.02.07

### CÂMARA MUNICIPAL

**PONTO 8** - Agrupamento de Escolas Dr. José Leite Vasconcelos - pedido de subsídio para combustível de aquecimento

**PONTO 9** - Aumento temporário dos fundos disponíveis do mês de fevereiro de 2019 - proposta

**PONTO 10** - Aquisição de um prédio rústico destinado à ampliação do Parque de Alcáçima em Tarouca

### **PONTO 1 - 3º RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO AJUSTADO (ATÉ 31.12.2018)**

Presente o terceiro relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro Ajustado, relativo ao empréstimo a longo prazo/operação de substituição de dívida ao abrigo do artigo 81º da Lei do Orçamento do Estado para 2017, no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017, respeitante ao segundo semestre de dois mil e dezoito (até trinta e um de dezembro).

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou o seguinte:

"Este é um plano em que alterámos os pressupostos do plano inicial e é visível hoje que deveria ser obrigatório alterar os estudos sempre que há desvios. Os desvios são baixos conforme podem ver. O que é positivo.

Felizmente, este é o relatório que vai de encontro às nossas expectativas; cumprimos a maior parte das medidas e a dívida está fora do excesso.

Destaco: o ano de dois mil e dezoito não foi fácil, porque tivemos um conjunto de candidaturas aprovadas, mas atrasadas. Também não foi fácil, porque quando fazemos o Plano de Saneamento Financeiro não pensámos que íamos ter a oportunidade de lançar concursos na PARU. Nem a despesa, suportada exclusivamente com receitas próprias, com a aquisição de terrenos, para a zona ribeirinha e para a AAEL. Saliento ainda, a redução significativa das despesas correntes, não obstante o Programa de Regularização dos Vínculos Precários e o aumento da Remuneração Mínima Garantida."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o terceiro relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro Ajustado, relativo ao empréstimo a longo prazo/operação de substituição de dívida, ao abrigo do artigo 81º da Lei do Orçamento do Estado para 2017, no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017 com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, e com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, CRL, respeitante ao período de trinta de junho a trinta de junho de dois mil e dezoito, e remeter o mesmo à Assembleia Municipal, para apreciação na próxima sessão, bem como aos membros do Governo competentes e à Direção-Geral das Autarquias Locais.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 2 - AQUISIÇÃO DE UM PRÉDIO RÚSTICO (PARCELA N° 22)  
DESTINADO À ZONA RIBEIRINHA DE TAROUCA - PROPOSTA**

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

**"AQUISIÇÃO DE UM PRÉDIO RÚSTICO DESTINADO À ZONA RIBEIRINHA DE TAROUCA - PARCELA N° 22**

**PROPOSTA**

Tendo em vista a execução da empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca" foram encetados contactos com o proprietário do terreno abrangido e negociada a respetiva aquisição amigável.

Na sequencia dessas diligências, foi já obtido o acordo amigável do proprietário do prédio rústico, identificado na planta em anexo.

Assim proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência que lhe confere a alínea g) do n.º 1 do artigo 32.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09, comprar a:

**a)** Agostinho Carvalho Nunes, viúvo, residentes em Quintela, 3610 Tarouca, o seguinte bem imóvel:

**UM-** Pelo preço de € 6160,00 (seis mil cento e sessenta euros) o prédio rústico de terra de cultura, 8 árvores dispersas e pastagem, sito no lugar de Entre os Rios, União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 1760 m2, que confronta a norte e sul com rio, e do nascente e poente com Ilídio do Carmo Monteiro Oliveira, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 6743.º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 22 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca.

Mais proponho que me sejam conferidos poderes para outorgar as respetivas escrituras públicas de compra e venda e de imediato, de modo a permitir tomar posse do prédio, o respetivo contrato promessa de compra e venda.

Paços do Município, 2019-02-05

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e comprar a Agostinho Carvalho Nunes, viúvo, residentes em Quintela, 3610 Tarouca, o seguinte bem imóvel, sua propriedade:

**UM-** Pelo preço de € 6160,00 (seis mil cento e sessenta euros) o prédio rústico de terra de cultura, 8 árvores dispersas e pastagem, sito no lugar de Entre os Rios, União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 1760 m2, que confronta a norte e sul com rio, e do nascente e poente com Ilídio do Carmo Monteiro Oliveira, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 6743.º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o



172  
Fl.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2019.02.07

n.º 22 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca.

Foi ainda deliberado por unanimidade conferir poderes para outorgar as respetivas escrituras públicas de compra e venda e de imediato, de modo a permitir tomar posse do prédio, o respetivo contrato promessa de compra e venda.

**PONTO 3 - VENDA DE DUAS FRAÇÕES DO EDIFÍCIO CONSTITUÍDO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL, COMPOSTO POR 2 BLOCOS (12 FOGOS), SITO NO LUGAR DO SOUTO DO MERCADO, NA CIDADE DE TAROUCA - PROPOSTA**

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

**"VENDA DE DUAS FRAÇÕES DO EDIFÍCIO CONSTITUÍDO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL, COMPOSTO POR 2 BLOCOS (12 FOGOS), SITO NO LUGAR DO SOUTO DO MERCADO, NA CIDADE DE TAROUCA**

**PROPOSTA**

Na sequência das deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Tarouca em suas sessões de 23.02.2018 e de 24.09.2018, sob proposta da Câmara Municipal, relativas à venda do edifício composto por 2 blocos (12 fogos), sito no lugar do Souto do Mercado, na cidade de Tarouca, foram enviados em 08.01.2019 ofícios a todos os arrendatários, dando a conhecer as condições fixadas para a mesma.

Até ao termo do prazo fixado (31.01.2019) foi manifestado interesse por Cidália Rosa Loureiro Castro e por Maria de Fátima Catalino M. Santos na compra das respetivas habitações, das quais são arrendatárias.

Assim, proponho a V. Exa. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea g) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09, vender as seguintes frações aos mencionados arrendatários:

**1 - a Cidália Rosa Loureiro de Castro** pelo preço de 25.923,00 (vinte e cinco mil e novecentos e vinte e três euros), que inclui o desconto de 50%, o seguinte bem imóvel:

- Fração Autónoma B, correspondente ao Rés-do-Chão Direito, destinado a habitação, do Bloco 1, dos 12 fogos, sito no Bairro 5 de Outubro, na freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2338º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o número 2610 de 14.01.2003 e ali inscrito a favor deste Município pela inscrição G-1.

**2 - a Maria de Fátima Catalino M. Santos** pelo preço de € 36.444,60 (trinta e seis mil e quatrocentos e quarenta e quatro euros e sessenta cêntimos), que inclui o desconto de 40%, o seguinte bem imóvel:

- Fração Autónoma D, correspondente ao primeiro direito, destinado a habitação, do Bloco 1, dos 12 fogos, sito no Bairro 5 de Outubro, na freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, prédio urbano



constituído em regime de propriedade horizontal, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2338º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o número 2610 de 14.01.2003 e ali inscrito a favor deste Município pela inscrição G-1.

As frações autónomas não poderão ser alienadas antes de decorridos 5 anos sobre a data da celebração das respetivas escrituras públicas de compra e venda, as quais serão outorgadas no prazo máximo de 1 ano, a contar da data da presente deliberação.

Após a comunicação da presente deliberação, será celebrado o contrato-promessa de compra e venda, no prazo máximo de 30 dias, mediante a entrega de um sinal, correspondente a 50% do preço.

Paços do Município, 05.02.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara informou que foram notificados todos os arrendatários do bloco dos 12 fogos, tendo sido recebidas, até esta data, duas manifestações de interesse na compra.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e vender as seguintes frações aos respetivos arrendatários:

**1 - a Cidália Rosa Loureiro de Castro** pelo preço de 25.923,00 (vinte e cinco mil e novecentos e vinte e três euros), que inclui o desconto de 50%, o seguinte bem imóvel, propriedade do Município:

- Fração Autónoma B, correspondente ao Rés-do-Chão Direito, destinado a habitação, do Bloco 1, dos 12 fogos, sito no Bairro 5 de Outubro, na freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2338º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o número 2610 de 14.01.2003 e ali inscrito a favor deste Município pela inscrição G-1.

**2 - a Maria de Fátima Catalino M. Santos** pelo preço de € 36.444,60 (trinta e seis mil e quatrocentos e quarenta e quatro euros e sessenta cêntimos), que inclui o desconto de 40%, o seguinte bem imóvel, propriedade deste Município:

- Fração Autónoma D, correspondente ao primeiro direito, destinado a habitação, do Bloco 1, dos 12 fogos, sito no Bairro 5 de Outubro, na freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2338º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o número 2610 de 14.01.2003 e ali inscrito a favor deste Município pela inscrição G-1.



2019.02.07

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

As frações autónomas não poderão ser alienadas antes de decorridos 5 anos sobre a data da celebração das respetivas escrituras públicas de compra e venda, as quais serão outorgadas no prazo máximo de 1 ano, a contar da data da presente deliberação.

Após a comunicação da presente deliberação, será celebrado o contrato-promessa de compra e venda, no prazo máximo de 30 dias, mediante a entrega de um sinal, correspondente a 50% do preço.

Foi ainda deliberado por unanimidade conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar os respetivos contrato promessa e escritura pública compra e venda.

**PONTO 4 - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE S. JOÃO DE TAROUCA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO NO VALOR DE € 700,00, PARA SUPORTAR DESPESAS COM A ELETRICIDADE FORNECIDA PARA O FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO TOMMY - RATIFICAÇÃO**

Foi deliberado por unanimidade ratificar o pagamento à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. João de Tarouca, no valor de € 700,00 (setecentos euros), relativo à atribuição de subsídio, para suportar despesas com a eletricidade fornecida para o funcionamento do equipamento Tommy(alínea o) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09).

A Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra informou que a iluminação em Santa Helena está ligada durante a tarde há já algum tempo.

O Senhor Presidente da Câmara informou que mandou desligar o Tommy todos os dias a partir das 17:00 horas e ligar às 9:00 horas.

**PONTO 5 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)

**Período de 01.01.2019 a 01.02.2019**

Informação nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira**

Total:€ 709,90

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a construção da Capela Mortuária de Vila Chã da Beira.

❖ **Fábrica da Igreja da Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira**

Total:€ 72,01

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Capela da Sr.ª do Carmo em Formilo.

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares**

Total: € 335,58

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

❖ **Santa Casa da Misericórdia de Tarouca**

Total: € 580,32

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para à zona envolvente da Creche Nova Esperança - Casinha de Chocolate.

**Agência para a Modernização Administrativa, IP**

Total: € 1.992,60

Finalidade: Apoio em espécie (serviços de construção civil) na Repartição de Finanças de Tarouca.

Tarouca, 04 de fevereiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

**PONTO 6 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara: "Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 01.01.2019 a 01.02.2019

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Junta de Freguesia de Salzedas**

Total: € 234,20

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da realização do evento "XXXVIII Encontro de Cantadores de Janeiras" no dia 06/01/2019.

❖ **Santa Casa da Misericórdia da de Tarouca**

Total: € 800,01

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca**

Total: € 104,55

Finalidade: Apoio em espécie (material publicitário) para as festas em Honra de Santo António de 2019 em Arguedeira - Tarouca.

❖ **Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Cidade de Tarouca**

Total: € 283,52

Finalidade: Apoio em espécie (refeições) aquando da recolha de Sangue no dia 16/12/2018 em Tarouca.

Tarouca, 04 de fevereiro de 2019

O Presidente da Câmara,





Fl. 171

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.02.07

**CÂMARA MUNICIPAL**

Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

**PONTO 7 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA**

Presente o resumo diário da tesouraria número dezoito, de seis de fevereiro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 91.386,81 (noventa e um mil e trezentos e oitenta e seis euros e oitenta e um centimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 231.224,64 (duzentos e trinta e um mil e duzentos e vinte e quatro euros e sessenta e quatro centimos).

Foi tomado conhecimento.

**PONTO 8 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. JOSÉ LEITE VASCONCELOS - PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA COMBUSTÍVEL DE AQUECIMENTO**

Presente o ofício número vinte e três, de vinte e nove de janeiro findo, remetido pelo Agrupamento de Escolas Dr. José Leite Vasconcelos, solicitando a atribuição de um subsídio para combustível de aquecimento, a fim de permitir aumentar as horas de funcionamento das bombas de aquecimento da Escola Sede.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse que, obviamente, o défice do governo baixa, pois vão existindo sucessivos cortes e as autarquias cada vez mais têm vindo a ser chamadas para substituir o Estado no exercício efetivo das suas competências, resolvendo os problemas prementes, como é o caso do aquecimento das escolas sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade atribuir ao Agrupamento de Escolas Dr. José Leite Vasconcelos um subsídio no valor de € 3.000,00 (três mil euros), para o efeito solicitado (alínea u) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09).

**PONTO 9 - AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2019 - PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2019 (ARTIGO 6º DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO) PROPOSTA**

O nº1 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 02.06, considera «fundos disponíveis» as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos:

- ☐ A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes;
- ☐ As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes;
- ☐ A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;

☐ A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes;

☐ O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;

☐ As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas;

☐ Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).

Em 2019, na determinação dos fundos disponíveis das entidades do subsector local, devem ser consideradas as verbas disponíveis relativas aos seis meses seguintes referidas nas subalíneas i), ii) e iv) da alínea f) do artigo 3º da Lei nº 8/2012, de 21.02 ( LCPA), e nas alíneas a), b) e d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21.06, na sua redação atual, tendo como limite superior, quando se trate de entidades com pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2018, 85% da média da receita efetiva própria, cobrada nos dois últimos anos nos períodos homólogos, deduzida dos montantes de receita e com caráter pontual ou extraordinário ( nºs 1 e 2 do artigo 82º da Lei nº7/2018, de 31.12).

Ora, verifica-se que o saldo inicial dos fundos disponíveis do mês de fevereiro de 2019 é de - 2 910 961,59 €, montante insuficiente para assegurar os compromissos já assumidos e a assumir no período de cálculo, nomeadamente os referentes a remunerações, amortização de empréstimos e despesas gerais de funcionamento.

O art.º 4.º da LCPA determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal (alínea c) do nº1).

Por seu turno, o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho estabelece que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o artigo 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

A execução orçamental do mês de janeiro de 2019 cumpriu o disposto no artigo 7º da LCPA, conjugado com o disposto no artigo 14º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, ou seja, não houve aumento dos pagamentos em atraso (cfr. mapa em anexo).

Neste contexto, e considerando ainda que os fundos disponíveis devem ser determinados até ao 5º dia útil de cada mês:

PROPONHO a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea c) do nº1 do artigo 4º da LCPA, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.6º do citado Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, aprovar o aumento excecional dos fundos disponíveis do mês de



Fl. 173

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.02.07

### CÂMARA MUNICIPAL

fevereiro de 2019, no valor de € 3 110 000,00, conforme melhor discriminado no mapa em anexo.

Paços do Município, 5 de fevereiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.6.º do citado Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, aprovar o aumento excecional dos fundos disponíveis do mês de fevereiro de 2019, no valor de € 3 110 000,00, conforme melhor discriminado no mapa em anexo. Esta deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade, para produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO 10 - AQUISIÇÃO DE UM PRÉDIO RÚSTICO DESTINADO À AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ALCÁCIMA EM TAROUCA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

#### **AQUISIÇÃO DE UM PRÉDIO RÚSTICO DESTINADO À AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ALCÁCIMA EM TAROUCA**

##### **PROPOSTA**

Tendo em vista a reabilitação da zona de Alcácima, em Tarouca, foram encetados contactos com o proprietário do terreno necessário à respetiva ampliação, e negociada a respetiva aquisição amigável.

Assim, proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência que lhe confere a alínea g) do n.º 1 do artigo 32.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, comprar a Duarte Nuno Massa Santos, divorciado, residente em Tarouca, NIF 214 608220, o seguinte bem imóvel pelo preço de € 16.000,00 (dezasasseis mil euros):

- Prédio rústico de terra de vinha, 21 oliveiras e 4 fruteiras, sito no lugar de Alcácima, União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 3220 m2, que confronta a norte com Câmara Municipal, sul e nascente com caminho e poente com caminho e Mário da Costa Borges, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 6305.º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca, que se destina a integrar o domínio municipal público (parque de Alcácima).

Mais proponho que me sejam conferidos poderes para outorgar a respetiva escritura pública de compra e venda.

Por fim, proponho que o Município, na qualidade de comprador, suporte os encargos com a celebração da escritura de compra e venda, conforme previsto na lei civil, conforme acordado com os proprietários.

Paços do Município, 06.02.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade comprar a Duarte Nuno Massa Santos, divorciado, residente em Tarouca,

NIF 214 608 220, o seguinte bem imóvel pelo preço de € 16.000,00 (dezasseis mil euros):

- Prédio rústico de terra de vinha, 21 oliveiras e 4 fruteiras, sito no lugar de Alcácima, União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 3220 m2, que confronta a norte com Câmara Municipal, sul e nascente com caminho e poente com caminho e Mário da Costa Borges, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 6305.º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca, que se destina a integrar o domínio municipal público (parque de Alcácima).

Foi ainda deliberado por unanimidade o seguinte:

- conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar a respetiva escritura pública de compra e venda;
- suportar os encargos com a celebração da escritura de compra e venda, conforme previsto na lei civil e que foi acordado com os proprietários.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas dez horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Maria de Sousa Figueira Romão*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

